

2017 ano 42 v. 267 maio

Artigos

01. **Federalismo judiciário brasileiro e a impossibilidade de um estado-membro submeter-se à competência jurisdicional de outro: uma análise dos arts. 46, § 5º, e 52, caput e parágrafo único, do novo Código de Processo Civil** 23
(Léo Ferreira Leoney, Marcos de Araújo Cavalcanti)
02. **Negócios jurídicos processuais e as bases para a sua consolidação no CPC/2015** 43
(Antônio Pereira Gaio Júnior, Júlio César dos Santos Gomes, Alexandre de Serpa Pinto Fairbanks)
03. **Breves apontamentos sobre os impactos do novo código de processo civil nos departamentos jurídicos das empresas** 75
(Elias Marques de Medeiros Neto)
04. **Motivação das decisões judiciais** 89
(Erik Frederico Gramstrup, Rennan Faria Krüger Thamay)
05. **Garantias fundamentais do processo sob a ótica da informatização judicial** 129
(Henrique de Moraes Fleury da Rocha)
06. **O efeito desjudicializante dos precedentes judiciais no Código de Processo Civil de 2015** 171
(Marcelo Veiga Franco, Guilherme Costa Leroy)
07. **O direito fundamental à prova e os desafios relativos à sua concretização no novo Código de Processo Civil brasileiro** 197
(Luis Alberto Reichelt)
08. **Prova pericial no CPC/2015** 211
(Paulo Henrique dos Santos Lucon)
09. **Diretrizes para a concretização das cláusulas gerais executivas dos arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC** 227
(Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga, Rafael Alexandria de Oliveira)
10. **Embargos à execução no novo Código de Processo Civil** 273
(José Maria Tesheiner)
11. **A ambiguidade da estabilização dos efeitos da tutela antecipada e a coisa julgada no novo Código de Processo Civil** 289
(Heloisa Leonor Buika)
12. **Dupla conformidade e julgamento monocrático de mérito: os poderes do relator no Código de Processo Civil** 319
(Jordão Violin)
13. **O efeito suspensivo dos recursos no novo cpc: do pedido incidental ao requerimento autônomo** 345
(José Henrique Mouta Araújo)

14.	Ação rescisória baseada em violação de norma jurídica <i>(Luiz Guilherme Marinoni)</i>	367
15.	Inquérito civil como instrumento de tutela de direitos coletivos <i>(Bruno Choairy Cunha de Lima)</i>	407
16.	Alienação antecipada de bens em processos de apuração de atos de improbidade administrativa: uma abordagem a partir do dever fundamental de colaboração com a justiça <i>(Rodrigo Monteiro da Silva, Adriano Sant'Ana Pedra)</i>	431
17.	Precedentes como fonte do direito no novo cpc: por uma visão argumentativa do discurso jurídico <i>(Gustavo Silva Alves)</i>	459
18.	A cidadania como fulcro da judicialização da mediação pelo novo CPC (lei 13.105/2015) <i>(Ariana Regina Storer Brunieri, Daniele Prates Pereira)</i>	487